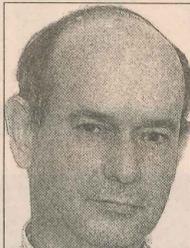


Estadual, 90 anos

José Carlos Corrêa



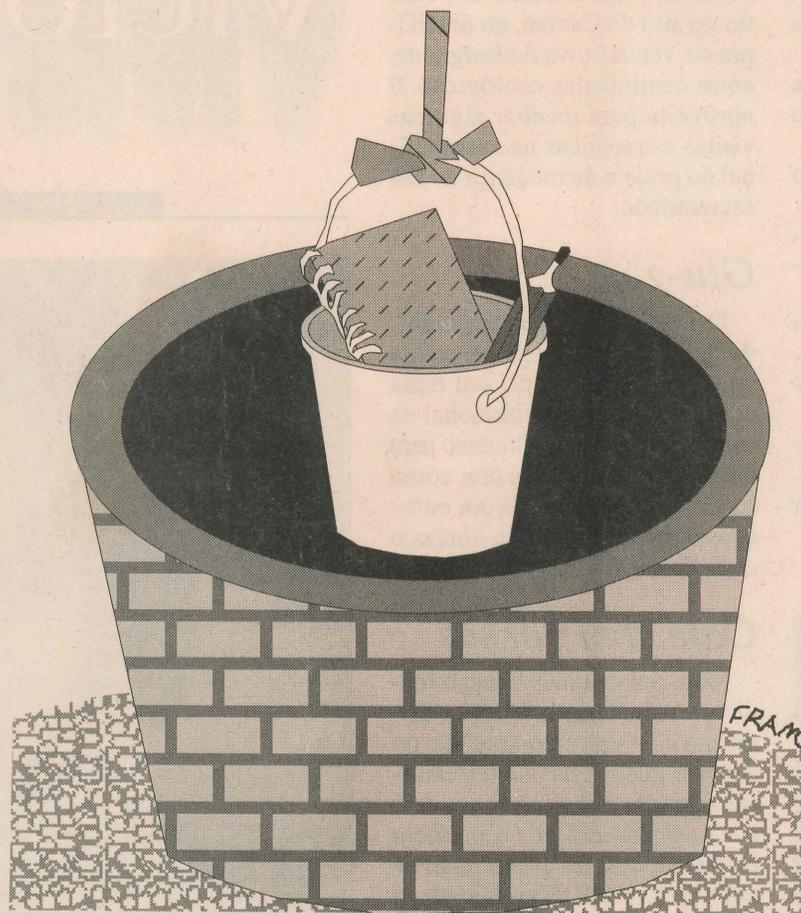
As lágrimas do ex-aluno Hercílio Figueiredo simbolizaram bem a emoção dos que participaram da festa em comemoração aos 90 anos do Colégio Estadual do Espírito Santo.

Convidado a falar em nome dos ex-alunos, Hercílio balbuciou um discurso entrecortado por soluços, onde só conseguiu repetir o quanto amava a escola e as lembranças do tempo em que lá estudou. Muitos, como Hercílio, botaram essa emoção pra fora, e isso era possível ser percebido pelos olhos avermelhados. Outros, mais contidos, disfarçaram o quanto puderam. Mas todos, não há dúvidas, sentiram o coração bater mais forte na hora dos hinos, das homenagens a antigos professores, ou quando tiveram nas mãos um exemplar do livro "Colégio Estadual, 90 anos educando", distribuído na ocasião.

A frente da solenidade estava um ex-aluno, o governador Vitor Buain. Ele presenteou a escola com o livro - uma coletânea de 28 depoimentos de ex-professores, alunos e funcionários - e uma reforma completa no prédio, interrompendo um longo período de quase abandono. Diante do prédio remoçado e das recordações registradas no livro, não havia quem não se perguntasse: "E, afinal de contas, o que houve com a escola pública?"

É que o Colégio Estadual, como praticamente todas as escolas públicas brasileiras, salvo honrosas exceções, percorreu um caminho de brutal decadência nos últimos 40 anos. De padrão do Estado - equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio, como dizia orgulhosamente o timbre dos envelopes, ofícios e formulários - o Colégio Estadual passou a ter, ao longo dos anos, uma performance igual à da grande maioria de nossas escolas da rede estadual: falta de professores, professores com formação deficiente, greves sucessivas, baixa qualidade de ensino, desorganização administrativa, carteiras danificadas, banheiros com vazamento, instalações elétricas deterioradas, alto índice de evasão, aproveitamento escolar quase nulo. Enfim, uma desmotivação total para alunos e professores.

Mas, justiça se faça, as oportunidades para quem quer estudar aumentaram muito em todos os recan-



tos do país. As escolas se multiplicaram em quantidade e em tamanho e o número de matrículas se tornou indiscutivelmente maior. Salvo em alguns locais onde o crescimento demográfico se deu de forma imprevisível, ou quando há uma migração anormal de alunos da escola particular para a pública, quem quer estudar encontra vaga. É uma pena que o ensino seja de tão baixa qualidade.

E parece estar aí, verdadeiramente, o nó da questão do ensino público brasileiro. O Estado, assim entendidos todos os Governos e todos os poderes constituídos, buscou corretamente democratizar o ensino, abrindo para todos a oportunidade de estudar, mas não foi capaz de assegurar que esse crescimento fosse acompanhado da manutenção do nível de qualidade. Algo parecido com o que aconteceu com a Saúde pública, que também está no fundo do poço.

E nessa hora não adianta procurar culpados para aliviar a própria responsabilidade. Não adianta cul-

par o Governo, a lei tal, os diretores ou os professores. Todos, de certa forma, têm algo a ver com o que aconteceu. O Governo, certamente, tem parte da responsabilidade - talvez a maior -, pois é quem planeja e executa as ações, define a destinação dos recursos, fixa as diretrizes e deveria cobrar desempenho. Mas

'As oportunidades para quem quer estudar aumentaram muito em todos os recantos do país'

não há como deixar de reconhecer que as direções das escolas fazem parte do problema. Basta comparar o padrão de gestão, por exemplo, da Escola Técnica Federal do Espírito Santo, ou das escolas mantidas pela Prefeitura de Vitória, com as escolas estaduais, para se ver a diferença. A limpeza, a manutenção das instalações, a conservação dos móveis e equipamentos, a pontualidade das aulas, o atendimento ao público, a qualidade do ensino, tudo é melhor na Escola Técnica e nas escolas municipais. É ou não é uma questão de ser mais ou menos eficiente na gestão dos recursos disponíveis?

Quanto aos professores, para não entrar na discussão do grevis-

mo - que chegou ao ponto de fazer com que os professores se negassem a voltar às aulas em janeiro, depois de seis meses de paralisação -, é preciso reconhecer que é evidente a baixa qualificação da maioria. O professor Arnaldo Sossai, coordenador do Vestibular da Ufes, atribui isso a um ciclo vicioso: o aluno é mal formado na escola básica, por isso não consegue se desenvolver no curso universitário e entra no mercado de trabalho com baixa qualificação profissional. No caso dos professores, a formação deficiente se reproduz em mais alunos mal formados, e assim sucessivamente.

O único que não é culpado nessa história toda é a escola particular, muitas vezes apontada como a vilã do processo educacional do país. A escola particular nada mais faz do que ocupar o espaço deixado pela escola pública. E graças a Deus que ela existe, pois, do contrário, não haveria qualquer alternativa para o jovem de hoje ter acesso a um ensino de melhor qualidade. Afinal de contas, não podemos nos esquecer que toda estrutura educacional é montada para atender ao aluno. E o aluno precisa ter alternativas ao seu alcance. No dia em que a escola pública for eficiente, oferecer um ensino de qualidade e for capaz de dar uma boa formação aos estudantes, a escola particular é que vai perder espaço.

É bom que os 90 anos do Colégio Estadual tenham chamado a atenção da opinião pública para o drama das escolas estaduais. É nessas ocasiões, em que mais gente pára para pensar sobre um problema, que os debates ganham relevo e passam a ocupar espaço na preocupação de todos. A partir daí, quem sabe, os envolvidos na questão, inclusive os políticos, poderão se conscientizar de que são parte do problema e, por isso, devem também assumir a parte que lhes cabe na solução. E nessa solução não bastam discursos que digam que a Educação deve ser prioridade nacional, pois de falatório o país já está cheio. O que resolve de fato a questão é definir ações concretas, que façam o ensino público recuperar a qualidade que já teve no passado.

Para começar, que tal reduzir a participação do Estado na Economia, privatizando tudo o que puder ser passado para a iniciativa privada? E, a partir daí, concentrar esforços naquilo que o Estado deveria fazer bem e não faz, como Educação, Saúde e segurança?

José Carlos Corrêa é jornalista e engenheiro